



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTIVIDADE EM PLENÁRIO

Informação Nº 02/IX-4º (2008/2009)

Para efeitos de acompanhamento e apreciação pelos Cidadãos, Instituições, Entidades e Organizações, da actividade em Plenário da Assembleia Municipal, informo que este Órgão Autárquico realizou nos passados dias 18, 19 e 22 de Dezembro a Sessão referente ao mês de Dezembro de 2008, em que foi apreciada a Actividade Municipal, debatido o Plano de Mobilidade - Acessibilidades XXI e por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, aprovadas as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

01 - Em Defesa do Sector Público da Construção Naval e dos Direitos dos Trabalhadores do

Arsenal do Alfeite

Neste mandato autárquico a Assembleia Municipal de Almada, por diversas vezes, tomou posições em defesa do Arsenal do Alfeite, nomeadamente na manutenção do carácter público deste estaleiro naval de apoio à Marinha Portuguesa.

Apesar disto, lamentavelmente o governo no passado dia 25 de Novembro, anunciou a criação da empresa Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima, empresa tutelada pela EMPORDEF. É



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mais uma medida no sentido da desresponsabilização do Estado em sectores decisivos e estratégicos para o desenvolvimento do País, a defesa e soberania nacionais.

Sob o argumento do desajustamento estrutural do Arsenal, da necessidade de modernização e requalificação, entrega ao sector privado um estabelecimento industrial público, com enormes potencialidades técnicas e humanas, cuja credenciação e qualidade dos trabalhos executados é reconhecida internacionalmente, e que desde sempre esteve e está vocacionado para servir a Marinha Portuguesa e Portugal. Esta é uma opção errada e lesiva dos interesses nacionais.

O Governo optou pela:

- Extinção da empresa Arsenal do Alfeite e criação da empresa Arsenal do Alfeite, SA., com capitais exclusivamente públicos, no âmbito da EMPORDEF (Empresa Portuguesa de Defesa SGPS AS — holding da indústria de defesa);
- Redução dos efectivos que “em estimativa” poderão atingir 400 trabalhadores;
- Extinção do vínculo com a Administração Pública restando assim aos trabalhadores 3 hipóteses: a celebração de contrato individual de trabalho com a nova empresa, a ocupação de vagas disponíveis no quadro civil da Marinha ou na Administração Pública (o que ninguém garante) ou ainda a integração na mobilidade especial.

Não houve anteriormente qualquer reunião, diálogo ou negociação com os órgãos representativos dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos), contrariando e desprezando os mais elementares direitos constitucionais e democráticos.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- a) Expressar a sua solidariedade na luta pela defesa dos seus postos de trabalho e dos mais elementares direitos constitucionais e democráticos;
 - por um Arsenal Público, pela salvaguarda da Economia Nacional e da dignidade de quem trabalha.

- b) Reclamar o investimento por parte do Estado com vista à recuperação das infra-estruturas e equipamentos, à modernização tecnológica para o cumprimento de todos os trabalhos a desenvolver pelo estaleiro integrado na Marinha;
 - Melhorar a formação profissional e a valorização dos trabalhadores
 - Apostar em novos projectos e construção de lanchas rápidas, patrulhas e navio de combate à poluição e na manutenção e reparação da frota existente;
 - A confirmação do vínculo público de todos os trabalhadores.

02 - Sobre a Entrada em Funcionamento do MST e o seu Futuro Desenvolvimento

No passado dia 26 de Novembro foi inaugurada a linha Cova da Piedade/Cacilhas do Metro Sul do Tejo, concluindo-se assim a primeira fase de implementação do MST.

Com esta obra Almada sofreu uma transformação profunda e hoje é uma cidade onde, em consequência da requalificação urbana associada ao espaço canal do metro, se vive e respira o que de melhor a urbanidade pode oferecer aos cidadãos. Os almadenses reapropriaram-se de espaço público da sua cidade, uma cidade requalificada, onde a rua deixou de ser apenas um local de passagem e passou a ser também um lugar para estar. Mas fundamentalmente, com a



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entrada em funcionamento do metro, os almadenses passaram a dispor de um meio de transporte rápido, confortável, energeticamente eficiente e amigo do ambiente.

Esta realidade que os almadenses vivem actualmente, e que a muitos levantou duvidas, não surgiu por mero acaso, foi uma luta de duas décadas e a concretização do projecto do MST é fruto de um longo trabalho de persistência do Poder Local Democrático.

O período de implementação no terreno foi difícil e complicado para os almadenses e hoje verificando-se ainda algumas situações de obra para resolver, o resultado final é nitidamente compensador face aos contratemplos entretanto vividos.

Tendo o Governo decidido pela localização do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo Barreiro-Chelas, concretização da Plataforma Logística no Poceirão e o desenvolvimento do Projecto do Arco Ribeirinho Sul, projectos há muito considerados estruturantes pelo PEDEPES e potenciadores do desenvolvimento integrado e sustentável da Península de Setúbal, é tempo de construir o futuro, tomando-se ainda mais premente a necessidade de alargamento da rede do MST.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

1º Saudar a inauguração do último troço da primeira fase do MST e a sua entrada em funcionamento;

2º Apelar ao Governo para que considere a inclusão da rede do MST na estrutura global dos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, integrando o tarifário do MST no passe social da AML, sem custos adicionais para os utentes;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize da extensão do Metro Sul do Tejo ao Fogueteiro, Seixal e Barreiro;

4º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize o prolongamento da linha o MST às freguesias da Costa da Caparica e Trafaria, de acordo com o já previsto no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica e dos Planos de Pormenor em desenvolvimento para a Trafaria.

5º Apelar ao Governo para que considere o prolongamento da linha do MST à Zona de Almada Nascente, de acordo com o previsto neste projecto.

6º Apelar ao Governo para que considere a elaboração de estudo tendo em vista a expansão da rede do MST às Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda.

03 - Sobre os Transportes Colectivos Rodoviários

É indispensável um sistema de transportes colectivos eficiente, com uma oferta diversificada e abrangente, um sistema tarifário socialmente justo e aceite por todos os operadores. Isto é, políticas e práticas coerentes de apoio à intermodalidade e eficiência dos transportes públicos colectivos de passageiros.

Tal como acontece na Área Metropolitana de Lisboa - A.M.L. também no concelho de Almada, a ausência e supressão de carreiras em muitas zonas do concelho, obriga a verdadeiros "recolher obrigatórios" das populações.

Os TST ao não proporcionar uma oferta adequada às necessidades das populações e utentes das freguesias do nosso concelho, têm contribuído para aumentar a utilização do transporte individual, com todos os custos energéticos, ambientais, políticos e sociais associados. Existem



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mesmo situações, como por exemplo na freguesia da Sobreda, em que a carreira que serve o centro de saúde não abrange todas as áreas da freguesia ou ainda o caso da ligação Pêra/Trataria por considerarem que não é rentável, assim como zonas da Freguesia da Charneca de Caparica, nomeadamente Vale de Cavala, Aroeira e Quintinhas.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada deliberou:

Apelar ao Governo que intervenha junto dos TST designadamente através do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres - IMTT no sentido de promover uma resposta adequada às necessidades das populações e dos utentes, com maior cobertura horária e maior frequência de circulação.

04 - De Exigência de Direitos Iguais para Todos

18 de Dezembro é o Dia Internacional do Migrante. A este propósito, o director-geral da Organização Internacional de Migrações, sustentou que “seria contraproducente que os Governos dos países desenvolvidos fechassem as suas portas aos migrantes”, até porque “os países desenvolvidos continuarão a precisar dos imigrantes, entre outros motivos devido à sua estrutura demográfica”.

Num comunicado subscrito por diversas associações portuguesas, entre as quais o SOS Racismo e a Solidariedade Imigrante, é feito o alerta para “a precariedade da situação em que se encontram largos milhares de imigrantes em Portugal e para o desrespeito institucionalizado pelos Direitos Humanos, cada vez mais patente nas políticas europeias anti-imigração”.

No entender destas associações, o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (“Pacto Sarkozy”), bem como a “Directiva da Vergonha”, remetem para a clandestinidade os cerca de 8 milhões de



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

indocumentados que vivem e trabalham na Europa e representam um “passo gigante no sentido da criminalização e expulsão dos indocumentados”.

A Lei portuguesa da Imigração, em vigor desde Julho do ano passado, deixa milhares de pessoas à margem da sua justa regularização e aumenta o poder discricionário do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esta Lei cria vários becos sem saída, a saber: é necessário apresentar um contrato de trabalho prévio para que o imigrante obtenha autorização para entrar no país. Ora, qual é o empregador que vai oferecer emprego a um/a imigrante antes de o/a conhecer? Depois de estar em Portugal, é necessário ter trabalho para ter direito a residência, mas é preciso residência para trabalhar!

Dizem-nos que, com a crise, é necessário proteger os postos de trabalho dos nacionais. Mas a verdade é que a manutenção dos imigrantes na clandestinidade alimenta bolsas de trabalhadores/as desprotegidos perante a exploração laboral e aumenta a exclusão social.

A Assembleia Municipal de Almada, no Dia Internacional do Migrante, reivindica direitos e tratamento digno para todas as pessoas, independentemente do lugar onde tenham nascido.

05 - Sobre os Acessos ao Porto Brandão - Freguesia da Caparica

A recente realização de um simulacro de sismo de grande intensidade, concretizado no final do mês de Novembro, planeado e organizado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e envolvendo os agentes de protecção civil dos Distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém, visou testar a operacionalidade do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, e abrangeu diversas áreas do Concelho de



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada, tendo a zona do Porto Brandão sido escolhida como cenário de uma das operações de socorro e auxílio simuladas neste âmbito.

Considerando a avaliação dos resultados do simulacro tornada pública pelos seus diferentes responsáveis, colocam em evidência “a necessidade de encontrar alternativas à única via de acesso ao Porto Brandão” hoje existente.

Considerando que a área em causa se integra na jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando que a existência de uma única via de acesso ao Porto Brandão, bem como as características de utilização pesada que revela, constitui para além de um elevadíssimo risco potencial, e não negligenciável, em situação de catástrofe natural ou provocada, um factor de perturbação muito grave da qualidade de vida dos cidadãos que residem e trabalham na área considerada, e da própria actividade económica aí desenvolvida.

Com o objectivo de dotar a área do Porto Brandão de novos acessos, foram celebrados em 30 de Setembro de 1999 dois protocolos de colaboração, o primeiro entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa, e o segundo entre aquelas entidades e as empresas petrolíferas detentoras de instalações naquela área - Shell, Petrogal e ETC.

Considerando que nos termos do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa, entre outras matérias que visam a “valorização e requalificação das margens ribeirinhas do Estuário do Tejo sob jurisdição da APL compreendidas na área do Município de Almada” (artigo 1º, nº 1 do Protocolo CMA/APL), se considera como área de intervenção objecto daquele Protocolo a Frente Ribeirinha de Porto



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Brandão, a construção do acesso marginal entre a Banática e o Porto Brandão, e da estrada de acesso à ETC a partir da estrada nacional 377-1 em Costas de Cão (artigo 3º, alínea d) do Protocolo), assim como assegurem a circulação de pessoas na margem para acesso às águas” (artigo 4º, ponto 1.4 do Protocolo).

Considerando que passados mais de nove anos sobre a celebração dos Protocolos de Colaboração em referência, a matéria objecto de acordo de entendimento entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa relativa à dotação da área do Porto Brandão de vias de circulação alternativas à única actualmente existente não teve qualquer desenvolvimento.

A Assembleia Municipal deliberou:

1. Reiterar a necessidade urgente de construção das vias de acesso alternativas ao Porto Brandão consignadas no articulado dos Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa e entre estas entidades e as empresas petrolíferas proprietárias de instalações industriais naquela zona do Concelho de Almada.
2. Exigir ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que exerça e faça exercer as competências próprias definidas por lei à Administração do Porto de Lisboa, entidade que tutela, no sentido de assegurar com a urgência que a situação actual aconselha, a execução do acordo celebrado em 30 de Setembro de 1999 entre aquela Administração portuária e a Câmara Municipal de Almada.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

06 - Sobre a Interrupções no Fornecimento de Energia Eléctrica na Freguesia da Trafaria -

2ª Torrão

Munícipes - moradores do Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria, deram conta à Assembleia Municipal do facto de existirem cortes e interrupções no fornecimento de energia eléctrica às suas habitações, apesar de estarem em vigor os respectivos contratos domésticos, e do serviço em questão continuar a ser pago regularmente ao operador EDP.

Considerando tratar-se de uma situação com contornos e impactos evidentes para a população afectada no seu dia-a-dia, tendo sido transmitido de viva voz um testemunho de alerta e preocupação pela própria segurança de pessoas e bens;

Considerando o disposto na Lei nº 12/2008, de 26 de Fevereiro (que altera a Lei dos serviços públicos essenciais), que determina que o ónus da prova sobre as obrigações e diligências a cargo dos prestadores de serviços deve incidir sobre estas mesmas empresas;

Considerando a informação prestada à Assembleia Municipal por parte deste cidadãos, quanto à ocorrência de prejuízos materiais e outros resultantes de avarias causadas em electrodomésticos pelo corte de energia;

A Assembleia Municipal de Almada, na sequência do testemunho e do apelo transmitido pelos munícipes, deliberou:

- 1 - Manifestar a sua preocupação perante os factos relatados quanto aos cortes de fornecimento de energia eléctrica a vários consumidores domésticos, moradores no Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 - Pronunciar-se pela necessidade de uma intervenção das entidades competentes nesta matéria designadamente a EDP, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e o Ministério da Economia/Direcção Geral de Geologia e Energia, no sentido de ser clarificada, atendida e resolvida esta situação de transtorno para as populações.

07 - Em Apreciação dos Pareceres do Conselho de Segurança

A Assembleia Municipal de Almada apreciou os Pareceres elaborados pelo Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada sobre a situação do Município em áreas tão importantes como a Segurança dos Cidadãos, o Combate à Criminalidade e à Exclusão Social, a Evolução Económica e Social, referentes ao ano de 2007.

A Assembleia Municipal dá o seu pleno acordo à análise efectuada pelo Conselho de Segurança e às propostas e sugestões apresentadas, designadamente, no âmbito da "Segurança e Criminalidade", destacando:

- As causas sociais que provocam e/ou contribuem para o aumento da criminalidade, são: desigualdade, injustiça, desemprego e a marginalidade, causas que se têm mantido, senão agravado.
- O consumo e o tráfico de drogas, o desemprego que embora tenha diminuído, conserva taxas elevadas e demais situações adversas para a segurança, leva os cidadãos a exigirem o reforço da acção policial o que não tem sido possível, face às carências humanas e materiais das Forças de Segurança, pese embora o esforço e empenho com que actuam quotidianamente;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Confirma-se uma ligeira descida da criminalidade participada, mantendo-se no entanto o sentimento de insegurança expresso pela população, situação corroborada por informações das Forças de Segurança.
- Em consideração da situação de segurança é proposto quanto a instalações e meios para as Forças de Segurança, as seguintes medidas:
 - O aumento significativo do número de efectivos policiais aproximando-os dos padrões estabelecidos (3 agentes por 1050 habitantes) com especial prioridade na Divisão de Almada da PSP, particularmente na Esquadra do Laranjeiro/Feijó e da mesma forma e com o mesmo grau de prioridade no Quartel da Charneca de Caparica e no Quartel da Costa de Caparica da GNR.
 - A construção prioritária do Novo Quartel da Costa de Caparica, da 2ª fase do Quartel da Charneca de Caparica, do Posto no ex-Pia - Monte de Caparica, da recuperação do posto da Trafaria e da Esquadra de Trânsito com atendimento policial público a instalar na antiga Esquadra de Polícia em Almada Velha.

O Actual quartel da Costa de Caparica é impróprio para a missão cometida à GNR no seu funcionamento normal, agravado durante o período balnear (de Maio a Setembro) com a afluência nesse período de cerca de 10 milhões de pessoas.

A ausência de instalações e efectivos fixos no Monte de Caparica, Freguesia de Caparica, agrava o sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e pólo universitário.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Redimensionamento do parque automóvel de acordo com o dispositivo de segurança territorial e renovação das viaturas em final de vida com qualidade/cilindrada superiores às utilizadas pelas redes de delinquentes.
- Relativamente ao Serviço Municipal de Protecção Civil importa destacar que:
 - Implementou uma vez mais a Operação "Floresta Segura, Floresta Verde", operação de vigilância e prevenção de incêndios florestais no Concelho, contando este ano com o apoio e participação de voluntários, membros dos Clubes Todo o Terreno, do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação do Concelho de Almada e Associação de Comandos de Almada, Delegação de Almada e Seixal.
 - Organizou e promoveu várias acções de formação práticas e teóricas para a comunidade escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Almada. Nestas acções de formação foram abordados temas como a organização interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação do plano de emergência interno e evacuação e ainda a utilização dos equipamentos de combate a incêndios.
 - Em articulação com a Divisão de Educação da CMA, elaborou e entregou 11 planos de emergência e evacuação de escolas do ensino básico 1º Ciclo do Concelho de Almada.
 - Destaque ainda para as actividades das Associações e dos Corpos dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria que durante o ano de



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2007 prestaram os mais diversos serviços que no conjunto das três Corporações totalizam 84.102 intervenções, com 174.896 Bombeiros utilizados, 1.635.406 quilómetros percorridos pelas suas viaturas e utilizando 38.148 horas e 50 minutos.

- A Assembleia Municipal de Almada em apreciação dos Pareceres reforça a preocupação pelas insuficiências em recursos humanos e meios operacionais das polícias, e proclama a absoluta necessidade do policiamento de proximidade ou comunitário, reclama a construção das instalações para as Forças de Segurança inscritas no Orçamento de Estado assim como no PIA/Monte de Caparica, e manifesta apreço pelo empenho e desempenho dos profissionais no cumprimento das missões de segurança.
- A Assembleia Municipal de Almada manifesta reconhecimento à qualidade da acção do Serviço Municipal de Protecção Civil e enaltece a actividade das Associações Humanitárias e dos seus Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria.

08- Sobre o Sentimento de Insegurança na Freguesia de Caparica e a Recusa da Construção do Posto Policial do PIA

A Freguesia de Caparica está dependente em termos de segurança do Posto da GNR na Trafaria a cerca de 10 km de áreas do PIA e ainda muito mais distante de outras áreas da Freguesia como são os casos dos Capuchos, Vila Nova ou o Funchalinho, a que acresce os quatro meses da época balnear em que percorrer meia dúzia de quilómetros demora 1 e 2 horas.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As populações sentem-se inseguras e manifestam-se contra a situação que consideram insustentável em que moradores e comerciantes são assaltados, vivem com ameaças constantes, além dos actos de vandalismo em equipamentos (parques infantis, zonas verdes, escolas, etc.).

Foram estes factos continuados que determinaram às Autarquias e os Cidadãos, desde a década de 90, encetarem procedimentos reivindicativos junto dos Governos para a construção de um Posto Policial na Freguesia de Caparica, mais propriamente na área dos Bairros Amarelo, Branco e Rosa, Bairros da Cooperativa "União dos Trabalhadores" e "Irmanadora" ou seja no interior do PIA.

Ao longo dos anos foram vários os Ministros e os Secretários de Estado da Administração Interna que consideraram a necessidade e prometeram a construção do Posto Policial do PIA/Monte de Caparica.

É neste contexto que em Novembro de 1997 é assumido publicamente o compromisso de construção do Posto Policial do PIA e determinada a sua localização no terreno.

Na verdade o compromisso é assumido na Caparica, precisamente no PIA, pelo então Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Engenheiro João Cravinho, na presença de inúmeros representantes de instituições, entidades e organizações para o efeito convidadas e testemunhado entusiasticamente pela população local que ocorreu a tão importante acontecimento para a sua qualidade de vida. O compromisso não foi só em declarações verbais pois foi assinado um protocolo pela então Secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Dr.^a Leonor Coutinho e o Secretário de Estado da Administração



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Interna, Senhor Armando Vara, em que foi plasmada a cedência do terreno por um e a construção do posto policial por outro, com a indicação da sua entrada em funcionamento em 1999.

Entretanto os Governantes são substituídos, outros Governos são empossados, fazem-se novas reuniões das Autarquias com os novos Governantes lembrando o compromisso, as populações manifestam-se e reivindicam o Posto Policial, mas o compromisso do Governo PS continuava e continua a não ser cumprido.

Entretanto e ao longo de todos estes anos as autarquias quer através de Moções/Deliberações, quer através de reuniões com o Governo, assim como anualmente o Conselho Municipal de Segurança vem chamando a atenção e reivindicando a construção do Posto Policial do PIA/Caparica.

Os cidadãos protestam indignados porque foram enganados, porque não compreendem como é que em termos de segurança o que era necessário e bom para a PSP deixa de o ser para a GNR.

A culminar todo este processo está a posição do actual Secretário de Estado da Administração Interna que informa o Município que a instalação de um Posto na Freguesia de Caparica não consta da lista de prioridades plurianual em matéria de novas instalações da Guarda Nacional Republicana.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- 1 - Manifestar o mais veemente protesto e indignação por continuar sem estar assegurado a construção do Posto Policial no PIA/Monte de Caparica.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 - Protestar pela falta grave do actual Governo de não cumprimento dos compromissos e protocolos assumidos e subscritos por Governos anteriores.

3 - Exigir a revisão da actual decisão do Ministério da Administração Interna por forma a ser feita a adjudicação da obra para que a construção do Posto da GNR no PIA se inicie ainda no ano de 2009.

09 - Sobre as Opções dos Planos de Actividades, os Orçamentos e os Mapas de Pessoal do Município e dos SMAS para 2009

A Assembleia Municipal aprovou as Opções do Plano de Actividades do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2009, assim como os respectivos Orçamentos que apresentam um valor global de 140.543.028,25€ sendo 111.897.298,25€ relativos ao Orçamento Municipal e 28.645.730,00€ relativos ao Orçamento dos SMAS.

A Assembleia Municipal aprovou ainda os Mapas de Pessoal para 2009 que correspondem a 2.282 postos de trabalho, sendo 1720 da Câmara Municipal e 562 dos SMAS.

10 - De Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal

A Assembleia Municipal aprovou a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal no sentido de os conformar com a nova legislação em vigor, reafirmando a natureza da Associação como pessoa colectiva de direito público.

Almada, em 29 de Dezembro de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)